



Canal Energia – 25 Set 2003

**Mega-contribuição do setor sobre o novo modelo chegará ao MME nesta sexta**  
**Expectativa é que o trabalho se configure na principal e mais completa avaliação sobre a proposta de novo modelo para o setor elétrico**

Oldon Machado, Mercado Livre  
25/09/2003

Após sucessivos adiamentos, a mega-contribuição que está sendo elaborada em conjunto por associações e empresas do setor elétrico ao governo sobre a proposta de novo modelo será entregue ao governo finalmente nesta sexta-feira, dia 26 de setembro. A expectativa é que o resultado do trabalho, coordenado pela CBIEE (Câmara de Investidores), se configure na principal e mais completa avaliação do setor frente ao modelo lançado em julho pelo Ministério de Minas e Energia.

Inicialmente, o prazo-limite para o recebimento do documento estava marcado para o último dia 18. Os agentes, entretanto, pediram mais uma semana, e o MME definiu o dead line para esta quinta - o que acabou não ocorrendo. Os responsáveis pela consolidação das críticas e sugestões à reforma passaram boa parte da semana discutindo os detalhes finais em torno do trabalho, entre reuniões no Rio e em São Paulo. O volume de informações alimentou os adiamentos de prazo.

O CanalEnergia apurou que amanhã, pouco antes de ser entregue ao secretário-executivo do MME, Maurício Tolmasquim, a versão final da contribuição ainda será apresentada aos presidentes das associações e empresas envolvidas do esforço, em São Paulo.

A formulação do conteúdo do documento elaborado foi produzida pelos principais grupos empresariais do setor elétrico, entre eles EDF, EDP, VBC, Enron, AES, Rede, Cataguazes, Endesa e Iberdrola. Além de contar com a avaliação de quase todas as associações setoriais do país, como Abradee (distribuidoras), Abraget (geradores termelétricos), Abraceel (comercializadoras), Apine (produtores independentes), APMPE (pequenos e médios produtores) e ABCE (concessionárias).

Entre as associações, três das principais não participaram das discussões junto ao grupo: Abrage (geradoras), Abrace (grandes consumidores industriais) e Abrate (transmissora). No caso desta última, o afastamento decorre do fato de que o segmento é pouquíssimo afetado pela proposta do governo. As geradoras vêm mantendo um canal próprio de discussões com o MME, alegando que questões pleiteadas são específicas do segmento. A Abrace já enviou as observações ao ministério.

Humor crítico - Apesar de três importantes focos do mercado não subscreverem o documento, o resultado do que será levado às mãos do governo deve traduzir em grau elevado o sentimento da grande maioria dos investidores nacionais e estrangeiros. O teor, certamente, será muito mais crítico do que consensual, já que na visão de boa parte dos participantes da contribuição, a reforma embute uma nova leva de riscos a diversos segmentos do setor.

Do lado do governo, a visão oficial do setor é aguardada com expectativa, pois além de indicar o humor dos agentes, servirá como uma das bases para a consolidação do segundo documento que está sendo elaborado internamente no MME - que vai detalhar aspectos considerados essenciais, como a fase de transição entre um modelo e outro e o arcabouço legal. Hoje, a ministra Dilma Rousseff voltou a afirmar que a reforma será levado ao Congresso até novembro.



Também prevista para hoje, a reunião semanal entre a Abrage e o secretário Maurício Tolmasquim ficou para a semana que vem. A entidade pretende voltar a discutir com o governo a possibilidade de adoção do IGP-M nos contratos entre as geradoras e distribuidoras de energia no pool de comercialização. O pleito das empresas foi rechaçado abertamente pelo governo, mas a associação pretende apresentar novos argumentos sobre a questão.

"É importante que o setor tenha um índice único em toda a sua cadeia produtiva, não pode haver contratos em níveis diferentes corrigidos por índices distintos", defende Flávio Neiva, presidente da Abrage. Segundo ele, o IGP-M, além de ter um histórico de décadas de utilização, reflete mais fielmente o custo de capital e o custo operacional do setor. Ele admite que em caso de nova negativa do MME, a alternativa mais apropriada é a adoção de uma cesta de índices.